2º Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2022

Termo Aditivo nº 87/2024 Convênio nº 01/2022

Contratante: Município de Santa Cecília do Sul, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 04.215.090/0001-99 com sede na Rua Porto Alegre, nº 591, neste Município de Santa Cecília do Sul, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **João Sirineu Pelissaro**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 948.753.320-68, residente e domiciliado na localidade de Vista Alegre, interior deste Município.

Contratado: Hospital Santo Antônio, Associação civil de fins filantrópicos, inscrito no CNPJ sob o nº 97.577.928/0001-75, com sede na Rua Tranquilo Basso, nº 270, Tapejara RS, neste ato representada por seu Presidente **Rogério Zimmermann Döering**, brasileiro, casado, RG nº 7029482192 e CPF nº 467.985.280-15, residente e domiciliado na Rua Coronel Lolico, nº 608, apto 506, em Tapejara - RS, e **Guilherme Tybusch**, brasileiro, casado, Administrador, RG nº 7073061173, e CPF nº 001.343.280-00, residente e domiciliado na Rua Cel. Lolico, nº 608, apto 405, na cidade de Tapejara - RS, CEP 99.950-000, doravante denominado simplesmente **HOSPITAL**, com fundamento na Lei Municipal nº 1053/2022, de 02 de agosto de 2022, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Convênio, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao **convênio nº 01/2022**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - Da Prorrogação

Conforme previsto no inciso II do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93, e, na **Cláusula Sexta - Da Vigência** do instrumento original, as partes estabelecem a prorrogação do convênio nº 01/2022, por mais 12 (doze) meses.

Parágrafo Primeiro - O presente aditivo terá **vigência a contar do dia 01 de setembro de 2024 até 31 de agosto de 2025**.

Parágrafo Segundo - O presente Termo Aditivo tem vigência a contar de sua assinatura, ressalvados os efeitos retroativos constantes do Parágrafo Primeiro.

Cláusula Segunda - Do Reequilíbrio

Conforme previsto no art. 65, inc. II, alínea d, da Lei nº 8.666/93, e na **Cláusula Sétima**, do instrumento original, é concedido o reajuste do valor da prestação de serviço. O índice

previsto em contrato é o IPCA, o qual teve uma variação de 4,2585% no período de 09/2023 a 08/2024, passando o preço do serviço para **R\$333.601,69 (Trezentos e Trinta e Três Mil, Seiscentos e Um Reais e Sessenta e Nove Centavos)**, sendo dividido em 12 (Doze) parcelas de **R\$27.800,14 (Vinte e Sete Mil, Oitocentos Reais e Quatorze Centavos)** por mês.

Cláusula Terceira - Da Ratificação Das Cláusulas

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Santa Cecília do Sul - RS, 05 de setembro de 2024.

Município de Santa Cecília do Sul
João Sirineu Pelissaro
Prefeito Municipal
Contratante

Rogério Zimmermann Döering
Presidente
Contratado

Testemunhas:

1.

2.